

Estudos de Gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais

Recebido: 10-11-2015
Aprovado: 17-12-2015

*Delia Dutra*¹
*Lourdes Maria Bandeira*²

Resumo

O presente artigo busca apontar algumas singularidades do debate contemporâneo sobre os Estudos de Gênero na América Latina, sempre reconhecendo a interdependência desses com aqueles que acontecem em outras regiões do mundo. Partimos do entendimento de que os estudos de gênero de forma geral foram e continuam sendo pautados por uma agenda de ação política que luta pelos direitos humanos daqueles grupos que historicamente foram marginalizados dos processos de tomadas de decisões e dos espaços institucionalizados de produção científica. Reconhecer parte das especificidades dos debates sobre a questão gênero na região permite entender quais as contribuições que aportam para o estudo e compreensão das problemáticas próprias a esses países. Identificamos pontos de (des)encontros entre correntes de pensamento feminista provenientes do denominado mundo ocidental, incluído nisso também pesquisadoras do Brasil e países da região, e a proposta de deslocamento político-epistêmico levada adiante por pensadoras feministas comunitárias indígenas. Instâncias que desafiam a troca de saberes entre cosmovisões diversas que permitem interpretações plurais da sociedade. Concluímos apresentando de forma sucinta os textos que conformam a sessão temática sobre o debate contemporâneo nos Estudos de Gênero na América Latina.

Palavra-chave: Estudos de Gênero, América Latina, feminismo comunitário

Gender Studies in Latin America: epistemic dynamics and plural emancipations

Abstract

The objective of this article is to point out singularities of the contemporary debate about Gender Studies in Latin America, recognizing always their interdependence with those in other regions of the world. Our point of departure is the understanding of Gender Studies as ones that were and continue to be determined by an agenda of political action that fights for the human rights of groups historically margined of the decision making processes and of institutionalized spaces of scientific production. Recognizing particularities of the gender debates in the region allows us to show the main contributions for the study and comprehension of dilemmas characteristic to these countries. We have identified points of contention in between currents of western feminist thought, including researchers from Brazil and other countries of the region, and of the proposal of political-epistemic displacement carried on by communitarian indigenous feminist thinkers. These instances defy the exchange of knowledge between diverse cosmovisions that allow plural interpretations of society. We conclude by summarizing the texts that shape the thematic areas of the contemporary debate of Gender Studies in Latin America.

Keywords: Gender Studies, Latin America, communitarian feminism.

Estudios de Género en América Latina: dinámicas epistémicas y emancipaciones plurales

Resumen

Este artículo tiene por objetivo señalar algunas singularidades del debate contemporáneo sobre los Estudios de Género en América Latina, siempre reconociendo la interdependencia de estos con aquellos que suceden en otras regiones del mundo. Partimos de la comprensión que los estudios de género de forma general fueron y continúan siendo pautados por una agenda de acción política que lucha por los

¹ Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) em Estudos Comparados sobre as Américas, CEPPAC, Universidade de Brasília. E-mail: deliadutra@gmail.com.

² Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: lourdesmbandeira@yahoo.com.br.

derechos humanos de aquellos grupos que históricamente fueron marginados de los procesos de toma de decisiones y de los espacios institucionalizados de producción científica. Reconocer parte de las especificidades de los debates de género en la región permite entender cuáles son las contribuciones que estos aportan para el estudio y comprensión de los problemas propios a estos países. Identificamos puntos de (des)encuentros entre corrientes de pensamiento feministas provenientes del denominado mundo occidental, incluyendo en esto también a investigadoras de Brasil y países de la región, y la propuesta de cambio de horizonte político-epistémico llevada adelante por pensadoras feministas comunitarias indígenas. Instancias que desafían el intercambio de saberes entre cosmovisiones diversas que permiten interpretaciones plurales de la sociedad. Concluimos presentando de forma sucinta los textos que integran la sesión temática sobre el debate contemporáneo en los Estudios de Género.

Palabras-clave: Estudios de Género, América Latina, feminismo comunitario.

Introdução

Atualmente, os Estudos de Gênero são atravessados pelas mais diversas disciplinas, entretanto, foram no âmbito das ciências sociais e humanas onde tradicionalmente encontraram maior receptividade e expansão. Esse domínio de pensamento científico envolve debates que abordam a teoria e a análise social a partir do entendimento do *gênero* como operador semântico que classifica, ordena e hierarquiza as relações sociais. Isto é, o gênero – entendido como conceito, categoria, instrumento ou ferramenta analítica, estratégia, ideologia, etc. – conseguiu colocar na pauta dos debates acadêmicos questões que evidenciam o caráter antagônico e assimétrico das relações sociais e humanas.

Nessa linha, os Estudos de Gênero, de forma geral, apontam para a necessidade de reconhecer o caráter interdependente, transversal e interdisciplinar das dinâmicas sociais que, até a década de 1970, não conseguiam abrir espaço no âmbito das instituições acadêmicas em diversas regiões do mundo. Trata-se de um longo processo que foi construído no pioneirismo das lutas feministas e, gradativamente, foi abrangendo outros e novos espaços de discussão e produção de conhecimento. Um arcabouço teórico em cuja gênese pode identificar a pertinência do debate interdisciplinar, dos estudos comparados, das lutas de classe, da divisão social e sexual do trabalho, da segregação ocupacional, da interseccionalidade com as questões étnicas e raciais, da discriminação racial e retributiva, da violência sexual, das esferas do trabalho produtivo/reprodutivo; enfim, da construção cultural binária do mundo em termos do *dever ser* feminino ou masculino.

No presente artigo, nos propomos apontar algumas singularidades do debate contemporâneo sobre os Estudos de gênero na América Latina, ou melhor, dizer “*en Abya Yala*”³, sempre reconhecendo a interdependência desses debates com aqueles que acontecem em outras regiões do mundo.

Partimos do entendimento que os estudos de gênero, de forma geral, foram e continuam sendo pautados por uma agenda de ação política, que luta pelos direitos humanos das mulheres e outros grupos, que historicamente foram marginalizados dos processos de tomadas de decisões e dos espaços institucionalizados de produção científica.

Nesse cenário, a proposta crítica de um pensamento do sul e para o sul dos Estudos latino-americanos e das diversas correntes de pensamento feminista – cujas análises trabalham perspectivas sócio-históricas, interdisciplinares, comparadas e de transformação social – foram se configurando como um espaço viável para a produção de conhecimento de pensadoras, pensadores, ativistas-militantes, que reivindicam a necessidade de reconhecer uma pluralidade de cosmovisões dando como resultado propostas epistêmicas como a dos “feminismos diversos e plurais” que permitam “emancipações plurais” (Cabnal, 2014).

Estudos de Gênero: dinâmicas epistêmicas

Os Estudos de Gênero, de uma forma geral, abrangem diversas correntes de pensamento cujas bases epistêmicas não são uniformes. Entretanto, podemos identificar um ponto de partida comum que refere a uma visão crítica da sociedade, estruturada sob a ótica do patriarcado, e a uma vontade de mudança social motivada pelas necessidades de reivindicar igualdade de oportunidades e direitos.

Essa visão crítica, impulsionada pela força da emergência do movimento feminista ao longo do século XX, trouxe contribuições significativas e paradigmáticas à

³ Parafrazeando o título do livro organizado por Espinosa, Y.; Gómez, D. e Ochoa, K (2014). Tal como citado na introdução do livro, *Abya Yala* é a palavra, em língua Kuna (povo que habita o território correspondente ao Panamá e à Colômbia), dada ao continente que os colonizadores espanhóis nomearam de ‘América’. Significa: “tierra en plena madurez” ou “tierra de sangre vital” (p.13, nota rodapé 1).

reestruturação do pensamento ocidental⁴, mais especificamente em relação a teoria social, que foi se desdobrando em estudos feministas, estudos sobre as mulheres e estudos de gênero (Bandeira e Siqueira, 1997, p. 263).

A diversidade atual no âmbito do que se convencionou chamar *Estudos de Gênero*, dialoga com as diferenças e pluralidades das lutas existentes no cerne dos movimentos sociais. O movimento feminista no Brasil, por exemplo, que teve sua maior expressão na década de 1970, esteve intimamente vinculado com outros movimentos sociais da época como os movimentos populares e movimentos políticos – os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e os movimentos dos homossexuais (Corrêa, 2001, p.13-14).

No contexto acadêmico da década de 1970, em diversos países do mundo, a figura das pesquisadoras mulheres vinculadas à militância feminista, foi fundamental no processo de desenvolvimento de programas de pesquisas – no âmbito disciplinar em que cada uma delas pertencia – que permitisse sustentar seus temas e problemáticas com validade científica, perante o *status quo* em que se encontravam inseridas.

De acordo com Michèle Ferrand,

As primeiras pesquisadoras feministas tinham como objetivo principal a denúncia da opressão vivida pelas mulheres. Essa denúncia implicava transpor uma reflexão sobre a mulher para chegar a uma análise da realidade social que as mulheres vivem, mostrando que não há uma essência, ou uma constância feminina, mas um grupo social que é sobrecarregado com um certo tipo de tarefas, designadas pela divisão social e sexual do trabalho (...). (*apud* Rial et al, 2005, p. 679).

Nessa linha, Piscitelli (2002) chama à atenção sobre a íntima relação entre as discussões feministas e o desenvolvimento do conceito de gênero. Segundo essa autora, podemos pensar a subordinação feminina como algo que varia em função da época

⁴ Para aprofundar sobre as contribuições do pensamento feminista na reestruturação do pensamento ocidental consultar Bandeira e Siqueira (1997).

histórica, das dinâmicas sociais e do lugar no mundo que se estude; contudo, “ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos” (Piscitelli, 2002: 2). No entanto, isso não justifica naturalizar tal subordinação, pois ela é, foi e continuará sendo construída socialmente; significa dizer que, a ideia subjacente é que ao ser construída a subordinação é passível de ser modificada (*Ibidem.*).

A França, assim como os Estados Unidos foram países paradigmáticos, porém não únicos, nesse esforço de unir o espaço da militância com aquele da universidade, ou seja, o campo da ciência. Pesquisadoras brasileiras exiladas em Paris durante a ditadura militar, por exemplo, integraram os primeiros grupos feministas (Rial et al, 2005) e que, na hora do retorno ao Brasil, trouxeram toda essa experiência de trânsito e negociação entre os espaços dos movimentos sociais, da academia e a consequente luta política por mais espaço na agenda de debate sobre as políticas públicas no país.

No que refere ao meio acadêmico brasileiro especificamente, a pesquisadora Mariza Corrêa relatava sua experiência particular,

(...) talvez seja bom lembrar, como antídoto às revisões históricas que acreditam numa imersão suave das feministas no meio acadêmico brasileiro, o mal estar que, ainda hoje, gera o interesse de pesquisa centrado nas mulheres. Lembro do comentário de um renomado antropólogo brasileiro ao assistir ao meu vídeo de pesquisa sobre a história da antropologia: “Interessante, mas tem muita mulher...” (Corrêa, 2001, p.24).

Portanto, no Brasil como em outros países, tratou-se de um processo que não ficou livre de tensões e que, apesar dos avanços registrados quando se compara os anos 1960 e 1970 com esses primeiros 15 anos do século XXI, ainda podemos identificar resistências e questionamentos aos Estudos de Gênero.

Numa fase seguinte aos estudos focados exclusivamente nas mulheres passa-se à análise sobre os sexos e as relações que estes mantinham entre si. Um momento em que volta com força o conceito de classe: “a classe das mulheres sendo definida na relação

que estas mantêm com a classe dos homens e vice-e-versa” (Rial et al, 2005, p. 680). Movimento que demanda romper com o naturalismo e uma definição puramente biológica dos sexos.

No fim dos anos 1980, Sandra Harding propõe que são as *experiências das mulheres*, no plural, que proveem novos recursos para a pesquisa (Harding, 1987) – já não mais *a mulher* como sujeito universal nem também como classe homogênea que vai se contrapor àquela outra dos homens. Dito de outra forma,

Assiste-se à passagem do pensamento feminista “clássico”, centrado nos “estudos da mulher”, para estudos ancorados na pluralidade, na multiplicidade das construções de feminino e de masculino. Abre-se a possibilidade de desconstrução de um modelo universal único e androcêntrico, apontando-se para as diversidades não apenas entre os gêneros, mas também entre as próprias mulheres, e entre os homens, com referência nas observações das distinções entre as culturas, no que diz respeito aos modelos de homens e de mulheres (Bandeira e Siqueira, 1997, p.276-277).

Entretanto, cabe frisar que não se trata aqui de reduzir um processo de lutas sociais e produção de conhecimento acadêmico a uma simples recuperação sincrônica de fatos e ideias. Todas as correntes de pensamento atualmente ancoradas sob a denominação Estudos de Gênero, passam por constantes transformações e revisões críticas, por instâncias de disputas políticas e epistêmicas, assim como também de convergências.

Podemos, a modo de exemplo, chamar a atenção para o fato de alguns conceitos fundantes da teoria e análise social, tal como o caso do conceito de classe social, foram por momentos deixado de lado no âmbito de algumas pesquisas em que o *gênero* tomava conta da reflexão. Em casos como esses, a crítica vinda do próprio interior de teóricas feministas não demorou para chegar. Só a modo de exemplo, Falquet (2008) faz uma leitura crítica perante o fato de que durante décadas falou-se quase exclusivamente em discriminação por gênero. No entanto, a autora chama a atenção para a importância de recuperar nas análises a dimensão de *classe e raça* junto à de *gênero*, “dimensões por muitos esquecidas e que se tornam marcadores sociais fundamentais para

compreender os processos de segregação e multiplicação da pobreza no âmbito do processo de globalização neoliberal” (Dutra, 2013, p.105).

Nessa linha, Piscitelli (2008) também explora a força do debate sobre as categorias de articulação e de interseccionalidades no âmbito dos estudos de gênero nos anos 2000. Ambas as categorias apresentam nuances dependendo das perspectivas teóricas de quem as utiliza, mas, elas sintetizam a ideia de reconhecer que o gênero não pode ser compreendido como único fator de discriminação. Existem outros como os de classe e raça, anteriormente citados com base em Falquet (2008), porém, não são os únicos. Outros fatores são mobilizados em diversos estudos que buscam aprofundar a reflexão sobre as formas e práticas de discriminação e subordinação.

No caso específico de Piscitelli, na sua trajetória de pesquisas sobre migrações femininas, a autora propõe o uso do termo “localização, para aludir à posição estrutural das nacionalidades que estão interagindo” (Piscitelli, 2008, p. 266) no complexo cenário das migrações internacionais.

No contexto dos países no continente americano, cabe lembrar também dos estudos que vem sendo desenvolvidos em torno do gênero, raça e *colonização* por parte das correntes dos denominados “feminismos de cor” e do “Terceiro Mundo” (Lugones, 2014, p. 57). Trata-se de análises que dão ênfase ao conceito de interseccionalidade e evidenciam a histórica exclusão teórico-prática das mulheres não-brancas nas lutas pela liberdade ‘da Mulher’ (Lugones, 2014, p. 58). A *mulher* como sujeito universal dentro do qual elas – as ‘mulheres de cor’, não se sentem contempladas.

Estamos convencidas que la apuesta de un feminismo descolonial, al tiempo que se nutre de análisis críticos anteriores que ponen en duda las explicaciones desarrolladas y sostenidas por la teoría occidental blanco-burguesa, avanza *poniendo en duda la unidad del concepto ‘mujer’* de una manera radicalmente inédita, de forma tal que ya es imposible reconstituirla nuevamente. Pero además —y este es el punto de quiebre desde donde ya no es posible volver atrás— el *feminismo, en su complicidad con la apuesta descolonial, hace suya la tarea de reinterpretación de la historia en clave crítica a la modernidad*, ya no solo por su androcentrismo y misoginia —como lo ha hecho la

epistemología feminista clásica—, sino desde su carácter intrínsecamente racista y eurocéntrico (Espinoza et al, 2014, p.31, destaques nossos.).

Nos países latino-americanos, apesar das naturais e necessárias tensões sempre presentes nos debates políticos e acadêmicos, podemos identificar casos de sinergia, resultado do encontro de correntes do pensamento feminista e alguns contextos/espços acadêmicos que se apresentaram como terreno fértil para o desenvolvimento de um conhecimento do sul sobre o sul. Tais instâncias propiciam e viabilizam a emergência de propostas de ‘novos’ ou outros feminismos, que defendem as pluralidades de cosmovisões, como é o caso do feminismo comunitário indígena, assunto que abordamos seguidamente.

Outras vozes... as mulheres da Abya Yala

“Fue en el cuerpo de la mujer que la humanidad aprendió a oprimir” sentencia Escobar (2014, p.11) inspirado pelos debates que, em alguns países da América Latina, mulheres indígenas – mulheres originais e fundadoras do feminismo comunitário – estão conseguindo pautar os espaços acadêmicos, políticos, sindicais e dos movimentos sociais, após décadas de lutas.

São as vozes das mulheres originais do nosso continente, sujeitas epistêmicas e com direitos epistêmicos (Cabnal, 2010) que, apesar dos enormes obstáculos encontrados não só fora como dentro das suas comunidades, começam a incluir pautas das suas agendas em espaços onde, passados mais de 500 anos de colonização, apenas as mulheres urbanas, brancas, latino-mestiças e, posteriormente, mulheres negras, estavam conseguindo atingir.

Quando as mulheres conseguem se reconhecer como sujeitas epistêmicas e com direitos epistêmicos, é o momento em que conseguem ganhar autonomia interpretativa do mundo indígena, sustenta Cabnal (2010). Uma autonomia que essas pensadoras e militantes reivindicam não somente com relação aos homens, mas também, poder

questionar “fundamentalismos étnicos, essencialismos sem a mediação do lugar de fala da uma mulher branca ou latino-mestiça urbana” (Cabnal, 2014).

Para Espinoza et al (2014), o problema das propostas provenientes das mulheres feministas localizadas geopoliticamente no Ocidente, ou seja o que se convencionou denominar como feminismo eurocentrado, é que tem sido apresentado como:

[U]ma narrativa crítica do universalismo androcêntrico ao mesmo tempo que tem produzido e fixado um universalismo de gênero que projeta para o resto da humanidade algo que na realidade é a experiência histórica e a forma de interpretação e problematização do mundo de um grupo de mulheres (Espinoza et al, p. 13).

Entretanto, não se desconhece totalmente a contribuição de teorias feministas do pensamento ocidental, já que muito desse pensamento tem sido um espaço para o diálogo do feminismo comunitário. Mas, o diálogo estabelece uma troca conceitual, porque se ressignificam conceitos e se propõem novos; i.e. já não somente espera-se do mundo indígena a incorporação de conhecimento, também eles abrem-se para o intercâmbio de saberes, porque eles sempre produziram conhecimento (Cabnal, 2014).

No caso do feminismo comunitário indígena, ele nasce de uma consigna política, produto da violência sofrida por mulheres indígenas, inclusive violência sexual dentro das comunidades.

Então, tem algo que em nosso corpo está incomodando. Assim iniciamos uma luta para poder falar em violência sexual. Antes não podíamos falar nisso, nem nesses termos, não nomeávamos. Sentíamos que era não-adequado, não correto (...) compreendemos que um dos espaços a serem recuperados eram os nossos corpos (Cabnal, 2014).

Dessa forma, elaboram-se novos conceitos como o de *corpo-território*, explica essa autora, que consegue dar conta do ponto de partida epistêmico para situações singulares de violência, uma vivência que as mulheres indígenas conseguiram

identificar olhando para os sinais dos próprios corpos e se auto-reconhecendo no direito de pensar e produzir pensamento político e científico sobre elas e suas comunidades.

O *corpo-território* refere-se a impossibilidade de viver a plenitude da vida enquanto sujeitas forçadas⁵ a se separar da terra. Ou seja, a terra não no sentido da propriedade privada dada pelo mundo ocidental, mas a terra para estar em identificação e relação com o cosmos, o corpo e o espaço como sendo indissociáveis.

O feminismo comunitário tem vários grupos que começaram a dialogar entre si. Cabnal (2014) explica que esses grupos estão propondo defender a existência de formas patriarcais ancestrais que, antes da colonização, já existiam com suas próprias manifestações, suas próprias temporalidades. Significa dizer que, seguindo esta proposta, antes da colonização dos europeus nos territórios das Américas, as feministas comunitárias reconhecem condições de opressão sobre as mulheres: “tomavam-se decisões sobre seus corpos, eram intercambiadas em situações de guerra, ou em delimitações territoriais” (Cabnal, 2014).

Entretanto, após a colonização surge o que as feministas aymaras-bolivianas denominam de “*entrouque patriarcal*” e esse encontro, que poderíamos chamar de basicamente dois modelos de opressão, terá uma consequência singular sobre os corpos e vidas das mulheres indígenas sumamente complexa (Cabnal, 2014). Foi nesse sentido, que as feministas comunitárias propõem a ideia de entender os seus *corpos* na especificidade de serem *duplamente pactuados, duplamente expropriados*, tanto pelas práticas patriarcais ancestrais quanto por aquelas que surgiram e foram se transformando com o processo colonizador.

Significa dizer, que essa proposta epistémica das feministas comunitárias indígenas, que vem sendo desenvolvida em comunidades da Guatemala, por exemplo, ou de alguns países andinos, tal o caso da Bolívia, está marcando outros caminhos de avanços político-teóricos mais específicos à realidade delas. São propostas que as

⁵ Lorena Cabnal, pensadora e ativista política na sua “Comunidade Santa Maria de Xalapan”, em Guatemala. Levaram adiante uma luta contra os minérios de onde surgiu a consigna: “recuperación territorio, cuerpo, tierra” (Cabnal, 2014).

distinguem do feminismo eurocentrado, como também, do pensamento do denominado feminismo decolonial.

Considerações finais

Tomar consciência da existência de alguns elementos que podem ser considerados específicos aos estudos latino-americanos de gênero, sem desconhecer a dinâmica desse debate, nos depara tanto com as heranças de correntes de pensamento de outras regiões e momentos históricos, mas, notadamente, nos chama a reconhecer a existência e as contribuições da produção científica de um continente que busca soluções para problemáticas próprias, singulares, e que, seguindo o pensamento de Enrique Dussel, são resultado de uma atitude epistemológica engajada, ou seja, de descolonização (*apud* Pinto e Raposo, 2014).

A autocrítica feita no âmbito dos ‘Estudos de Gênero’ por parte de algumas pensadoras feministas provenientes do denominado ‘mundo ocidental’, pelo entendido pode ser interpretada como um *ponto de encontro* à proposta tanto do denominado feminismo decolonial como à proposta específica de deslocamento político-epistêmico levada adiante pelas pensadoras feministas comunitárias indígenas, por exemplo; todas pensadoras que buscam sair do discurso que “nega as diferenças entre ‘as mulheres’” e produz “por um lado, lugares de enunciação privilegiados, e por outro, marginais” (Espinoza et al, 2014, p.14).

Nesse sentido, esse ponto de encontro deveria, interessantemente, ser reforçado como um espaço de verdadeira troca de saberes entre cosmovisões que reconheçam mutuamente suas diferenças. Diferenças que quando são assumidas sem ressalvas, aceitas e respeitadas, aproximam e se tornam espaços de enriquecimento mútuo, onde ninguém precisa falar em nome de outrem, já que cada uma/um tem o seu lugar de fala que vai sendo ressignificado com base num passado de saberes ancestrais, que interage com um presente sempre mutante: “olhar para o sagrado, olhar para o passado é uma das grandes contribuições do feminismo no mundo” (Cabnal, 2014).

Nessa sessão temática da revista, apresentam-se artigos que levantam discussões sobre temas caros aos estudos de gênero, tanto no contexto dos países do continente

americano como da problemática dos seus cidadãos migrantes em outras regiões do mundo. Nesse sentido, Joseph Handerson e Rose Myrlie Joseph, através de uma análise comparada, nos introduzem nas experiências vividas por mulheres haitianas nas suas trajetórias de migração na França e no Brasil. Para isso, os autores articulam três dimensões para aprofundar na análise desses dois espaços diferentes da migração transnacional haitiana: a trajetória de vida das mulheres migrantes haitianas, as lógicas daquilo que os autores denominam como processo de decadência de status social e profissional das migrantes e, finalmente, as relações de gênero, de classe, de raça e de nacionalidade no contexto migratório.

Paula Gonzaga e Lina Aras discorrem sobre o tema das mulheres latino-americanas e a luta pelos direitos reprodutivos. Com base num levantamento do estado da arte sobre o panorama da conjuntura política e legal do aborto nos países da América Latina, o artigo analisa os avanços e retrocessos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, enfocando na temática da descriminalização do aborto.

“A violência contra a mulher, o trauma e seus enunciados: o limite da justiça criminal”, é o título do texto de José César Coimbra e Lidia Levy. Os autores desenvolvem uma análise no contexto brasileiro. Contudo, por se tratar de um assunto em pauta dos debates políticos e acadêmicos atuais, levanta reflexões que interessam e provocam para além das fronteiras do Brasil. O texto recorre ao saber psicanalítico para entender as motivações que mantêm uma relação enredada em uma trama de agressividade mútua, e assim consideram os múltiplos aspectos envolvidos na construção de um vínculo capaz de potencializar a violência.

As autoras Luciana de Oliveira Dias e Mariana da Costa Amorim, para abordar o tema direitos humanos e homofobia, desenvolvem uma problematização à limitação etimológica do termo homofobia e chamam a atenção para a necessidade de uma ressignificação da percepção do sujeito intolerante-agressivo. Segundo elas, questões de direitos humanos são apontadas como caminho possível para a constituição de interações socioculturais menos naturalizadas e restituidoras da dignidade humana a sujeitos violentados.

Para encerrar a sessão temática, o artigo do pesquisador Sullivan Charles Barros nos convida a nos aproximar do cinema – dois filmes latino-americanos – entendido sob

a ótica de um *locus* de criação marcado pela experiência das identidades de gênero, e pela possibilidade de ser um recurso que possibilita a construção do conhecimento histórico. Neste intuito, analisa os filmes *Plata Quemada* de Marcelo Piñero e *Morango e Chocolate* de Tomás Gutiérrez Alea. Para o autor, esses filmes estão centrados em subjetividades queer que podem contribuir para a crítica cultural às sociedades patriarcais, machistas e sexistas, propiciando outros sentidos para o imaginário social.

A leitura desses artigos nos convidam a uma reflexão crítica sobre questões que revisitam reivindicações e propostas teóricas com olhares atuais que ressignificam a realidade para nos permitir entender o quanto o gênero ainda estrutura as formas de ler, compreender e produzir conhecimento científico.

Referências

BANDEIRA, Lourdes; SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v.12, n.2, 1997, p.263-284.

CABNAL, Lorena. Entrevista. Feminismo Comunitario. 13 de octubre de 2014. Disponível em: <http://deicr.org/feminismo-comunitario-invitation-a#forum5>, Acesso: outubro, 2015.

_____.Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Asociación para la cooperación con el Sur, ACSUR, Las Segovias, 2010, p. 11-25.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n.16, 2001, p.13-29.

DUTRA, Delia. *Migração internacional e trabalho doméstico. Mulheres peruanas em Brasília*. São Paulo: OJM, Casa Editorial. Brasília: CSEM, 2013.

ESCOBAR, Arturo. Prefacio. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (editoras). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y*

apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 11-12.

ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (editoras). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Introducción. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 13-40.

FALQUET, Jules. *De gré ou de force*. Les femmes dans la mondialisation. France : La dispute, 2008.

HARDING, Sandra. Introduction. Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra (ed.) *Feminism and Methodology*. USA: Indiana Univ. Press, 1987. p.1-14.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (editoras). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 57-73.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C. (editoras); OCHOA, Karina M. (editoras). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 91-103.

PINTO, Simone R. O Pensamento Social e Político Latino-americanos: etapas de seu desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, vol. 27, n.2, p. 337-359, Maio/Agosto 2012.

PINTO, Simone R.; RAPOSO, Erivan. Política com paixão. A filosofia da libertação de Enrique Dussel. *Estudos & Pesquisas sobre as Américas*, vol.8, n.2, p. 164-180, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a(categoria) Mulher? In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7-42. Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-2-PISCITELLI-Adriana-Re-criando-a-categoria-Mulher.pdf>, Acesso: março, 2012.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez, 2008, p. 263-274.

RIAL, Carmen; LAGO, Mara C. S.; GROSSI, Miriam P. Relações Sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3), setembro/dezembro, 2005, p. 677-689.